

## Características Socioeconômicas e Situação Financeira dos Estados Brasileiros nos Anos de 2014 e 2015

**Andreza Cristiane Silva de Lima**

Mestre em Ciências Contábeis - UFPE  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE  
andrezacslima@gmail.com

**Amanda Paulino Soares**

Mestre em Ciências Contábeis - UFPE  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE  
amandinhapaulino@hotmail.com

**Marcia Ferreira Neves Tavares**

Doutorado em Ciências Contábeis - Programa Multi-institucional UNB/UFRN/UFPA  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE  
marcia@ferreiraaudidores.com.br

**Luiz Carlos Marques dos Anjos**

Doutorado em Ciências Contábeis - Programa Multi-institucional UNB/UFRN/UFPA  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE  
luiz.cmanjos@ufpe.br

### Resumo

Este estudo tem o objetivo de analisar as características socioeconômicas dos Estados brasileiros, através de indicadores, e agrupá-los conforme suas particularidades financeiras e econômicas. Para tanto, utilizaram-se as demonstrações contábeis de 23 dos 27 entes federativos do Brasil, as quais foram retiradas do Balanço Geral de 2014 e 2015 de cada Estado. Posteriormente, selecionaram-se alguns dos indicadores financeiros, patrimoniais, econômicos e sociais, propostos por Trevisan *et al.* (2008), Rocha *et al.* (2012), Santos *et al.* (2011) e Assaf Neto (2015) para calcular e identificar o desempenho desses Estados. Após a análise dos indicadores, realizou-se a análise de Cluster com auxílio do *software* SPSS, constituindo grupos conforme as características evidenciadas, considerando as semelhanças e diferenças apresentadas com os indicadores. Os resultados trouxeram a formação de cinco grupos, sendo o primeiro constituído apenas pelo Mato Grosso; o segundo pelo Piauí, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul e Roraima; o terceiro pelo Paraná; o quarto pelos Estados de Alagoas e Rio de Janeiro; e, o quinto e último grupo, pelos demais estados, concluindo assim, que a maioria dos Estados brasileiros depende de verbas de terceiros para atender às demandas sociais, ficando de fora da pesquisa os Estados da Paraíba, Sergipe, Roraima e Amapá, pois suas demonstrações contábeis não estão disponíveis em seus respectivos *sites*.

Palavras-chave: Análise Financeira Governamental; Contabilidade Pública; Situação Financeira.

## Socioeconomic Characteristics and Financial Situation of the Brazilian States in 2014 and 2015

### Abstract

This study aims to analyze the socioeconomic characteristics of the Brazilian states, through indicators, and to group them according to their financial and economic particularities. For this purpose, the financial statements of 23 of the 27 federative entities of Brazil were used, which were taken from the General Balance Sheet for 2014 and 2015 of each State. Subsequently, some of the financial, patrimonial, economic and social indicators proposed by Trevisan *et al.* (2008), Rocha *et al.* (2012), Santos *et al.* (2011) and Assaf Neto (2015) to calculate and identify the performance of these states. After the analysis of the indicators, Cluster analysis was performed using SPSS software, constituting groups according to the characteristics evidenced, considering the similarities and differences presented with the indicators. The results brought the formation of five groups, the first consisting only of Mato Grosso; The second by Piauí, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul and Roraima; The third by Paraná; The fourth by the states of Alagoas and Rio de Janeiro; And the fifth and last group, by the other states, thus concluding that most Brazilian states depend on third-party funds to meet social demands, and the states of Paraíba, Sergipe, Roraima and Amapá are excluded from the survey. Financial statements are not available on their respective websites.

Keywords: Governmental Financial Analysis; Public Accounting; Financial Situation

## 1. Introdução

A contabilidade é uma ciência que visa fornecer aos seus usuários informações úteis para que sejam tomadas as decisões mais apropriadas, tendo por base a situação das organizações, sejam públicas ou privadas, em um determinado momento. Como ciência social aplicada, sua função é a de ser um elemento capaz de mensurar e intermediar, de forma quantitativa e qualitativa os elementos patrimoniais das entidades, a fim de que sejam apresentadas informações de utilização social. Dessa forma, é fundamental que a sociedade compreenda esta ciência como um instrumento que viabiliza o fornecimento de informações e prestação de contas para a comunidade interessada (COLIATH, 2014).

No setor público, a contabilidade é vista como responsável por fornecer informações aos seus usuários, a fim de intermediar o processo de tomada de decisão e prestação de contas, etapa esta conhecida por *accountability*. Isso, porque o objetivo das entidades do setor público é fornecer serviços à sociedade, diferente do setor privado, que visa geração de lucro e retorno financeiro aos seus investidores (CFC, 2016). Como os recursos que os governos empregam para as atividades sociais, decorrem dos tributos que são pagos pela população (GIAMBIAGI, ALÉM; 2000), cabe estes entes apresentar informações sobre os gastos públicos, acompanhamento este que pode ser realizado pelos cidadãos através do controle social (MATIAS-PEREIRA, 2009).

Segundo Rausch e Soares (2010), o controle social acontece quando é realizada a democracia participativa. Para Teixeira (2001), se trata da intervenção da sociedade no que tange às ações que são realizadas pelo Estado. No ano de 2016, as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público passaram por alterações, cujas mudanças têm o objetivo de facilitar o controle social. Portanto, dentre os pontos trazidos por estas, o cidadão passará a ter a oportunidade de saber o quanto o Município, Estado e União têm de obrigação perante a sociedade. Para a contabilidade, essas mudanças trouxeram ao gestor uma forma de obter o controle absoluto do quanto ele tem em caixa e o quanto tem a receber, algo que vai impactar em um melhor planejamento dos investimentos (OLIVEIRA, 2016). Além do controle social, Torres (2004), ressalta que, a contabilidade aplicada ao setor público se trata de uma ferramenta de modernização da gestão financeira e também uma arma contra fraudes e desperdício do governo nos países desenvolvidos.

Se tratando de informação relevante, no Brasil, identifica-se a necessidade de compreender a situação financeira e econômica dos seus Estados, sendo esta possível de ser

identificada através da análise dos seus demonstrativos contábeis. Neste contexto, apresenta-se a seguinte questão-problema: Quais as características socioeconômicas e situação financeira dos Estados brasileiros no período de 2014 e 2015? Diante disso, este estudo tem o objetivo de analisar as características socioeconômicas e situação financeira dos Estados brasileiros, a partir de indicadores financeiros, econômicos, patrimoniais e sociais. Esse objetivo viabilizará a constituição de grupos, conforme os resultados identificados.

No setor público brasileiro, são notáveis estudos que utilizaram indicadores financeiros, econômicos, patrimoniais ou sociais para identificar o desempenho de Municípios, Estados e até regiões de forma isolada (TREVISAN *et al.*, 2008; ROCHA, 2012), já no âmbito internacional, esse campo é mais amplo, ou seja, mais pesquisas são localizadas (GÓMEZ, FERNÁNDEZ; 2006; GÓMEZ-ZAFRA, LÓPEZ-HERNÁNDEZ, HERNÁNDEZ-BASTIDA; 2009; SOUZA *et al.*, 2013; CARMELI, 2002; WANG, DENNIS, TU; 2007). Nesse cenário, este estudo se torna viável, uma vez que contribuirá para apresentar mais uma metodologia de se analisar a situação econômico-financeira dos Estados brasileiros, além de apresentar uma análise de suas situações financeiras no período de corte da pesquisa.

Por meio da leitura de estudos anteriores, foi possível identificar o que já foi pesquisado e as lacunas de pesquisas que precisam ser preenchidas. Em decorrência disso, identificou-se a ausência de um estudo que buscasse analisar a situação financeira, econômica e social de todos os Estados brasileiros em uma única pesquisa. Esse tipo de estudo seria necessário para verificar os Estados que estão nas melhores e piores situações e conseqüentemente, localizar os motivos que os levaram a estar nessas condições, proposta apresentada neste estudo.

Sendo assim, através da aproximação da contabilidade aplicada ao setor público com o privado, técnicas desconhecidas pelos gestores públicos, passam neste momento, a tornarem-se relevantes, portanto, o trabalho tem o intuito de investigar a situação econômico-financeira dos entes federativos brasileiros observando dois aspectos: (1) demonstrações consolidadas de 23 dos 27 entes federativos; e (2) indicadores financeiros, patrimoniais, econômicos e sociais. Em termos estruturais, o artigo se apresenta em quatro seções, além desta. Na próxima seção, tem-se a revisão da literatura que aborda questões como a perspectiva da contabilidade pública no Brasil, a importância de analisar as demonstrações contábeis do setor público e os estudos anteriores que trouxeram inspiração a esta investigação. Na terceira, apontam-se os passos para realizar o objetivo proposto neste estudo, onde se denomina a metodologia. Em seguida, discorre-se a

análise e discussão dos resultados obtidos. A quinta seção, apresentam-se as considerações finais da pesquisa, informações sobre suas limitações e propostas para pesquisas futuras.

## **2. Revisão da Literatura**

### **2.1 Perspectiva da Contabilidade Pública no Brasil**

A contabilidade no setor público não se trata apenas de mecanismos de registros de transações e nem se refere a uma ferramenta usada no processo de atribuição de valor às práticas sociais, visando previsibilidade e utilidade operacional através de cálculos econômicos, mas sim, ela se trata de um conjunto independente de técnicas (MILLER, 1990). Assim sendo, é vista como um sistema de controle social, através do qual, os agentes públicos, aqueles que têm o poder de responder, administrar e controlar o patrimônio público que pertence à sociedade, devem apresentar à comunidade, informações sobre a gestão desses recursos, levando em consideração que estas necessitam ser apresentadas de forma compreensível e úteis aos cidadãos (CFC, 2008).

Nessa perspectiva, Walker (2009), realizou um estudo na Austrália com o intuito de analisar a preparação das demonstrações consolidadas abrangendo todo o governo, níveis do governo e subconjunto de agências governamentais, cujo foco foi entender o potencial de julgamento dos usuários (participantes e elaboradores) daquelas informações, portanto, identificar se as informações prestadas aos leitores tinham potencial de compreensão. Assim sendo, identificou-se que, embora a Austrália sendo um país em que a contabilidade aplicada ao setor público se encontre numa posição mais avançada dentre os demais países, a forma em que estas informações são apresentadas, ainda se classifica como inadequada e não relevante. No Brasil, a pesquisa realizada por Piccoli e Klann (2015), apontou que apesar dos contadores públicos entenderem a relevância da transparência e controle das contas públicas, estes ainda não estão aptos a elaborar e analisar as demonstrações contábeis do setor público.

Os órgãos governamentais produzem informações financeiras com o intuito de que estas sejam analisadas e sirvam como um meio de atender as necessidades dos seus diversos usuários. Para tanto, o sistema contábil governamental deve ser organizado de modo que alcance integralmente esse objetivo. Assim sendo, as informações financeiras geradas pelo setor público, têm a finalidade de auxiliar a avaliação da condição financeira governamental, colaborando com o processo de prestação de contas, mais especificamente, conhecido por *accountability*, reconhecendo que cabe ao governo, oferecer serviços públicos com qualidade, manter uma

situação financeira favorável e no final, prestar contas à população das ações que foram realizadas para atender às demandas sociais (LIMA; DINIZ, 2016).

Buscando alinhar toda essa discussão com a perspectiva da contabilidade pública no Brasil, ressalta-se o que Lima e Diniz (2016), destacam em sua obra, que os fatores econômicos, sociais e demográficos, afetam diretamente a situação financeira do país. O fator econômico irá implicar na forma em que as receitas serão exploradas, e os sociais e demográficos, interferirão na realização das pressões no que se refere aos gastos para atender às demandas da população.

Dessa forma, no processo de compreender a situação financeira de um município, Estado ou país, é necessário tomar como base informações econômicas e sociais. Portanto, o que se espera da contabilidade pública, seja no Brasil ou nos demais países, é que esta seja um meio da comunidade tomar conhecimento das ações do governo, já que este é o agente responsável por gerir os recursos públicos que pertencem à sociedade. Nesse sentido, o módulo a seguir, discutirá sobre a técnica de análise das demonstrações contábeis e o uso de indicadores como ferramentas que possibilitam identificar a situação financeira dos entes públicos.

## 2.2 Análise Financeira Governamental e Indicadores no Setor Público

No setor público, a técnica de análise financeira se torna relevante pelo fato de identificar o retorno do emprego dos recursos públicos para com a sociedade. Nesse aspecto, levantar um diagnóstico que retrate a realidade social vivenciada pelas famílias das comunidades, dos bairros, dos municípios, dos Estados e do país, é uma atividade que possui um alto grau de dificuldade, principalmente quando se busca identificar essa realidade através de dados quantitativos e indicadores sociais, metodologias essas, bem comuns de serem utilizadas (JANNUZZI, 2009).

Os indicadores sociais surgiram e se desenvolveram no século XX, quando ocorreu o movimento nomeado por “Estado de Bem Estar Social”, uma organização política e econômica que enfatizava o dever do Estado em buscar meios de realizar a promoção social e organizar a economia, portanto, cabia ao estado oferecer serviços públicos com o objetivo de proteger à população (GRIN, 2013). Em termos históricos, os indicadores passaram a ser utilizados quando se notou que o PIB *per capita* não era suficiente para medir o desenvolvimento socioeconômico dos países pelo fato deste se apresentar cada vez mais distante do que era proposto pelo movimento Bem Estar Social (CARLEY, 1985). Até então,

esse indicador econômico era utilizado como *proxy* para identificar as condições de vida da população, porém os documentos “*Towards a system of social and demographic statistic*” e o “*Handbook on social indicators*”, emitidos em 1975 e 1989, respectivamente, vieram para contestar que esta medida não era a mais apropriada para medir tal situação (IBGE, 2015). Diante desse fato, as agências estatísticas dos diversos países identificaram uma metodologia para mensurar esse bem-estar juntamente com as mudanças sociais, momento este que motivou o Brasil a criar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nos Estados Unidos, esse marco ocorreu durante as décadas de 1960 e 1970, com a publicação dos livros *Social Indicators* e *Toward a Social Report*, elaborados por solicitação do governo americano, período que ficou reconhecido por “Movimento dos Indicadores Sociais”. Esta segunda obra, foi preparada por solicitação do Presidente Jhonson, cujo objetivo foi que os cientistas sociais examinassem vários aspectos importantes no que se refere à qualidade de vida dos americanos, e esta trouxe um conjunto de indicadores sociais utilizados em busca de uma melhor formulação das políticas públicas, a fim de proporcionar dois aspectos: (1) maior visibilidade dos problemas sociais; (2) melhor avaliação dos programas públicos. Portanto, a proposta era indicar as formas específicas de como os indicadores sociais poderiam ser usados para determinar as políticas públicas (*Department of Helth, Education, and Welfare*; 1969).

Nesse cenário, o módulo em sequência apresenta os estudos anteriores que utilizaram indicadores para verificar o desempenho de Municípios, Estados e Regiões de forma isolada, sejam estes, no âmbito nacional e internacional.

### 2.3 Estudos Anteriores

Ao mergulhar-se na literatura cujo foco é tratar a respeito do desempenho obtido pelos entes públicos, observam-se vários estudos que utilizaram de dados contábeis e com o auxílio de indicadores retrataram de forma analítica, a situação financeira, patrimonial, econômica e social de Municípios, Estados, Regiões e até mesmo de países. Neste sentido, a primeira pesquisa que merece ser destacada foi realizada por Trevisan *et al.* (2008), os quais buscaram construir um modelo de indicadores contábeis para avaliar principalmente a gestão financeira dos pequenos municípios, a partir das contas de uma Prefeitura Municipal do Estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, utilizaram de indicadores orçamentário, financeiro e patrimonial.

Nessa mesma linha de pesquisa, Rocha (2012), avaliou a gestão das prefeituras cearenses baseado nos investimentos das áreas sociais e de infraestrutura e o processo de autonomia financeira desses municípios, através de indicadores fiscais, sociais, financeiro e de infraestrutura. A utilização desses indicadores em ambas as pesquisas, viabilizou identificar a situação financeira desses entes públicos municipais.

Quando se discute a questão de avaliação no setor público, é fundamental destacar que devem ser incluídos nesse processo critérios e indicadores, ou seja, identificar o método que melhor possa evidenciar a situação de determinado ente, em especial, a área a que se pretende analisar, porém, esta tarefa é um pouco complexa, uma vez que, devem-se estabelecer parâmetros para identificar em que ponto tal resultado é considerado como eficiente (BELLONI, MAGALHÃES, SOUSA; 2000; MOTTA, 1992).

Se tratando desta questão, Gómez e Fernández (2006) ressaltam que, quando se utiliza indicadores obtidos através de informações da contabilidade e do orçamento, encontram-se informações valiosas no que tange à avaliação por parte dos usuários, quanto ao processo de execução orçamentária, nível de serviços prestados, receitas da operação atual, poupança pública e capacidade de cumprir com as obrigações. Assim sendo, os indicadores de gestão foram adotados pelas autoridades espanholas como forma de promover a transparência da informação pública.

Ainda sobre o governo espanhol, Gómez-Zafra, López-Hernández & Hernández-Bastida (2009), criaram um método capaz de medir a condição financeira de uma autoridade legal, onde incluiu-se uma variável relacionada à qualidade dos serviços recebidos pela população, mostrando que os fatores socioeconômicos poder ser integrados quando se busca analisar a condição financeira de determinado ente público. Abordando questões de gestão pública, Souza *et al.* (2013), destacam que cabe a este poder, buscar meio de atender às demandas sociais da forma mais eficiente possível. Na pesquisa dos autores, foram utilizados os Índices de Responsabilidade Fiscal (IRF) e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, como fundamento de avaliação do grau de responsabilidade fiscal e de desenvolvimento municipal de 373 municípios brasileiros, no período de 2005 a 2009. Assim, a pesquisa apontou associação entre ambos os indicadores e dentre os achados, verificou-se que o cumprimento da LRF proporciona melhoras significativas em termos de desenvolvimento socioeconômico dos municípios.

Resgatando essa questão de desempenho dos entes públicos, apresenta-se a pesquisa de Carmeli (2002), que investigou o desempenho financeiro das autoridades locais em Israel em comparação com vários países ocidentais. O estudo apresentou como realizar medidas eficazes de desempenho em termos de (a) força/fraqueza financeira e (b) nível de desenvolvimento municipal das autoridades locais. Um dos pontos fortes deste estudo foi mostrar o poder do uso de relatórios financeiros anuais em termos de analisar o desempenho, pois acaba se tornando uma ferramenta gerencial bastante significativa para avaliar as forças e fraquezas da organização, porém, no âmbito da administração pública a análise desses relatórios não é tão comum.

Uma prova de que o uso desses relatórios para medir o desempenho da gestão pública, em especial, da condição financeira, foi mostrada na pesquisa de Wang, Dennis e Tu (2007), os quais testaram uma medida da condição financeira usando informações de todo o governo, conforme as exigências do novo modelo de relatório financeiro estabelecido pela Declaração nº 34 do GASB (*GOVERNMENT ACCOUNTING STANDARDS BOARD*). Nessa perspectiva, a medida era composta por quatro dimensões de condição financeira: solvência de caixa, solvência orçamentária, solvência de longo-prazo e solvência do nível de serviço, empregando 11 indicadores de condições financeiras. Assim, a pesquisa mostrou a confiabilidade desse tipo de medida, além de destacar a função desses relatórios como úteis para tal avaliação.

Essa exposição resgatou vários estudos que mostraram o poder dos relatórios financeiros na questão de extrair informações contábeis, para que, em conjunto com indicadores, possam medir o desempenho de Municípios, Estados, Regiões e países, estudos estes que fundamentam a presente pesquisa, cuja metodologia será apresentada a seguir.

### **3. Metodologia**

Para atender ao objetivo da pesquisa, foram utilizados dados secundários, tais como as demonstrações contábeis de 23 dos 27 entes federativos do Brasil, isso porque para quatro Estados não foram localizadas suas demonstrações, as quais foram retiradas do Balanço Geral, encontrado no site da Secretaria do Estado da Fazenda (Sefaz) de cada um dos entes, apenas para o Estado do Maranhão, o relatório foi retirado do site da Secretaria do Planejamento do Estado (PLANFAZ).

Segundo Carmeli (2002), a análise dos dados desses relatórios pode trazer alguns benefícios essenciais, dentre os quais se destaca a situação financeira real da autoridade local, e isso é importante, pois, quando um ente público se encontra com situação financeira inferior, implica dizer que ele não dispõe de recursos necessários para oferecer serviços com o volume e a qualidade que se espera. Assim, aponta-se a viabilidade de utilizar tais instrumentos nesta pesquisa, porque através desses dados, serão analisadas as situações dos Estados brasileiros. Em sequência, foram utilizados indicadores financeiros, patrimoniais, econômicos e sociais a fim de compreender a situação financeira de cada Estado, e conseqüentemente, do país. Por conta disso, o estudo se apresenta em uma abordagem qualitativa, cuja técnica utilizada foi à análise das demonstrações contábeis por meio de indicadores.

Dentre o conjunto de demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, as que foram selecionadas para a análise foram: (1) Balanço Orçamentário; (2) Balanço Financeiro; (3) Balanço Patrimonial; (4) Demonstração das Variações Patrimoniais; e (5) Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, peças que apresentaram os dados necessários para calcular os indicadores.

A escolha dessas demonstrações ocorreu pelo fato dos dados para cálculos dos índices selecionados serem retirados dos referidos relatórios. Os índices utilizados neste estudo se totalizam em quatorze, sendo estes, três dos vinte e um que foram propostos por Trevisan *et al.* (2008), ou seja, apenas os que trataram da “Análise da situação financeira e patrimonial”. O motivo dessa seleção ocorreu com a intenção de usar apenas os indicadores que visem retratar a situação financeira dos referidos entes. O autor justificou a criação e utilização desses indicadores por três motivos: (a) acessibilidade dos dados necessários para realização dos cálculos; (b) fácil compreensão dos resultados encontrados; (c) capacidade de incluir os principais aspectos sobre a situação e gestão orçamentária, financeira e patrimonial de um ente público.

Em sequência, utilizaram-se quatro índices propostos por Rocha (2012). Dentre os indicadores que a autora propôs, para este estudo foram utilizados apenas aqueles que buscaram retratar questões socioeconômicas. Por fim, empregaram-se indicadores tradicionais usados no setor privado, os quais fizeram parte do grupo “Indicadores de Liquidez” e “Indicadores de Endividamento”. Assim sendo, o Quadro 1 apresenta a descrição dos indicadores utilizados neste estudo, bem como a forma em que estes devem ser interpretados.

Quadro 1 - Descrição dos indicadores utilizados na pesquisa

GRUPO	ÍNDICE	FÓRMULA	ESCLARECIMENTO	INTERPRETAÇÃO
<b>Indicadores de análise da situação financeira e patrimonial</b>	Composição e evolução do ativo	Ativo Financeiro + ativo Permanente	Capacidade do Estado em prestar serviço à população.	Quanto maior, melhor.
	Composição e evolução do passivo	Passivo Financeiro + Passivo Permanente	Capacidade de endividamento. Mede a necessidade de fazer investimentos para pagar a despesas.	Quanto menor, melhor.
	Montante e evolução do saldo patrimonial	Ativo Real Líquido	Confere o saldo patrimonial do Estado.	Quanto maior, melhor.
<b>Indicadores socioeconômicos</b>	Autonomia Financeira	Receita tributária / Despesa corrente	O quanto o ente obtém de receita oriunda dos tributos quando comparada com as despesas geradas pelas suas atividades principais.	Quanto maior, melhor.
	Dependência	Transferências correntes / Despesa corrente	O quanto o ente precisa da transferência de terceiros em comparação com as despesas geradas pelas suas atividades principais.	Quanto maior, melhor.
	Gastos sociais	Despesa com educação + Despesa com saúde / Receita correntes	O quanto o ente investe nos principais deveres do estado (promoção da saúde e educação) em relação às receitas geradas de suas atividades principais.	Quanto maior, melhor.
	Infraestrutura	Despesa de infraestrutura / Receita corrente	O quanto o ente investe em Infraestrutura em relação às receitas geradas pelas suas atividades principais.	Quanto maior, melhor.
<b>Indicadores de Liquidez</b>	Imediata	Disponibilidade / Passivo Circulante	O quanto o ente tem em caixa e para cada R\$ 1,00 do passivo circulante. Portanto, mede a capacidade do ente em pagar seus compromissos de forma imediata.	Quanto maior, melhor.
	Corrente	Ativo Circulante / Passivo Circulante	O quanto o ente possui de Ativo Circulante para cada R\$1,00 de Passivo Circulante.	Quanto maior, melhor.
	Geral	Ativo circulante + Realizável a Longo Prazo / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante)	O quanto o ente possui de Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo para cada R\$1,00 de dívida total.	Quanto maior, melhor.
<b>Indicadores de Endividamento</b>	Solvência	(Ativo Circulante + Ativo não Circulante) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante)	O quanto o ente é capaz de pagar suas dívidas a curto e longo prazo, utilizando recursos totais aplicados no patrimônio.	Quanto maior, melhor.
	Endividamento Geral	(Passivo Circulante + Passivo não Circulante) / Ativo Total	O quanto o ente utiliza de capitais de terceiros para financiar seus ativos.	Quanto menor, melhor.

Continuação....

Composição do Endividamento	Passivo Circulante / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante)	O quanto o possui de dívidas de curto prazo em comparação com o seu endividamento total.	Quanto menor, melhor.
Garantia de Capital de Terceiros	Patrimônio Líquido / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante)	O quanto ente é capaz de garantir o pagamento de terceiros com sua própria riqueza.	Quanto maior, melhor.

Fonte: Elaboração própria, a partir de Trevisan *et al.* (2008), Rocha (2012), Soares *et al.* (2011) e Assaf Neto (2015).

Em sequência, os resultados encontrados para cada Estado através dos indicadores, foram comparados e formados grupos que apresentaram características financeiras semelhantes. Para realizar este processo, foi utilizada a análise de Cluster, cujo gráfico foi elaborado através do *software* SPSS, onde os Estados foram agrupados conforme as semelhanças e as diferenças de cada um deles.

A análise de Cluster se trata de organizar grupos, conforme características semelhantes (CUEVAS, FEBRERO, FRAIMAN; 2001). Para Krupka e Tishby (2008), no momento em que os objetos são caracterizados por vários atributos, organizá-los com base em um subconjunto aleatório pode ajudar a capturar informações que não são observáveis de forma tão fácil. Para realizar esse agrupamento, é necessário obedecer a dois critérios: (1) o agrupamento do conjunto de dados deve mostrar alguma estrutura de dados subjacente, em vez de mostrar os artefatos do modelo em decorrência do processo de amostragem aleatória; e (2) quanto mais pontos de amostra obtiverem, mais confiável será o agrupamento (LUXBURG, BEM-DAVID; 2005). Dessa forma, para realizar os agrupamentos dos Estados, foram tomados como base, os indicadores socioeconômicos que estes utilizam. Destaca-se também, que o método de medição utilizado foi de 90%, pois esta limitação foi capaz de constituir uma quantidade de grupos apropriada para a análise. Quanto ao corte temporal, foram utilizadas demonstrações contábeis dos anos de 2014 a 2015, com o intuito de compreender o desempenho desses dois últimos anos para identificar como está sendo a gestão desses Estados, mais precisamente, o desempenho econômico-financeiro, já que os recursos são alocados com base nas decisões tomadas pela administração da entidade, neste caso, pela administração pública. A escolha por este período de estudo, se dá em decorrência da situação econômica atualmente enfrentada pelo país, que segundo Oliveira e Coronato (2016), tende a diminuir sua economia em um ritmo médio de 2,4% no ano, entre o triênio de

2014 e 2016. Sendo assim, apresentam-se na próxima seção, os resultados obtidos através do emprego desta metodologia.

#### 4. Resultado e Análise dos Dados

A análise dos indicadores ocorreu comparando os resultados que eles obtiveram nos anos de 2015 e 2014, levando em consideração que, para alguns indicadores seu resultado é favorável quando no ano atual ele aumenta e para outros indicadores, considera-se melhor, quando no ano atual, ele diminui. Diante desta exposição, a Tabela 1, apresenta o desempenho de cada indicador para cada Estado e em sequência, as explicações quanto aos resultados que obtiveram.

Tabela 1 – Resultado dos Estados por Indicadores

INDICADOR	ESTADOS QUE MELHORARAM DESEMPENHO	ESTADOS QUE PIORARAM DESEMPENHO
Composição e evolução do ativo	AC, RO, SP, PE, RN, AL, BA, MG e MS.	AM, PA, TO, RJ, ES, MG, CE, MA, PI, SC, RS, PR, GO e DF.
Composição e evolução do passivo	AM, AC, PA, RO, TO, RJ, MG, PE, CE, MA, AL, PI, BA, RS, PR, GO e MS.	ES, SP, RN, SC, MG e DF.
Montante e evolução do saldo patrimonial	AC, RO, TO, ES, MG, RN, AL, PI, BA, RS, PA, MG e DF.	AM, PA, RJ, SP, PE, CE, MA, SC, GO e MS.
Autonomia financeira	RJ, SP, MG, PE, MA, AL, BA, PR e GO.	AM, AC, PA, RO, TO, ES, CE, RN, PI, SC, RS, MG, MS e DF.
Dependência	AM, AC, PA, TO, RJ, ES, SP, CE, RN, AL, PI, RS e MT.	RO, MG, PE, MA, BA, SC, PR, GO, MS e DF.
Gastos sociais	AM, AC, PA, RO, MG, PI, MT e MS.	TO, RJ, ES, SP, PE, CE, RN, MA, AL, BA, SC, RS, PR, GO e DF.
Infraestrutura	PA, RO, MG, PE, RN, AL, BA, SC, MS e DF.	AM, AC, TO, RJ, ES, SP, CE, MA, PI, RS, PR, MT e GO.
Liquidez Imediata	RO, RN, MA, PI, PR e MS.	AM, AC, PA, TO, RJ, ES, SP, MG, PE, CE, AL, BA, SC, RS, MT, GO e DF.
Liquidez Corrente	RO, SP, RN, MA, PI, PR e MS.	AM, AC, PA, TO, RJ, ES, MG, PE, CE, AL, BA, SC, RS, MT, GO e DF.
Liquidez Geral	AC, RO, TO, RJ, ES, SP, MG, MA, AL, PI, BA, RS e MS.	AM, PA, PE, CE, RN, SC, PR, MT, GO e DF.
Solvência	RO, RJ, RN, AL, PI, PR, MT e MS.	AM, AC, PA, TO, ES, SP, MG, PE, CE, MA, BA, SC, PR, GO e DF.
Endividamento Geral	RO, RJ, RN, AL, PI, PR, MT e MS.	AM, AC, PA, TO, ES, SP, MG, PE, CE, MA, BA, SC, RS, GO e DF.
Composição do Endividamento	AM, PA, RJ, ES, MG, CE, AL, PI, RS, MT, MS e DF.	AC, RO, TO, SP, PE, RN, MA, BA, SC, PR e GO.
Garantia de Capital de Terceiros	RO, RJ, RN, AL, PI, PR, MT e MS.	AM, AC, RO, TO, ES, SP, MG, PE, CE, MA, SC, RS, PR, GO e DF.

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Analisando a Tabela 1, observa-se que, para o indicador “Composição e evolução do ativo”, o Acre, Roraima, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, apresentaram resultado positivo, ou seja, em 2015, obtiveram crescimento dos seus respectivos ativos quando comparado com 2014. Isso implica que, estes Estados passaram a ter uma melhor capacidade de atender aos serviços demandados pela população. Nesse sentido, Trevisan *et al.* (2008), ao utilizar este indicador, também observou crescimento nos ativos da Prefeitura Municipal do Rio Grande do Sul, e, sugeriu que tal crescimento pode ter acontecido em decorrência da contabilização das transferências do Fundo de Participação dos Municípios.

Em relação ao indicador “Composição e evolução do passivo”, apenas o Espírito Santo, São Paulo, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Minas Gerais e Distrito Federal, se mostraram com desempenho negativo, portanto, tais Estados, possuem alta necessidade de fazer investimentos para pagar suas despesas. Com este indicador, Trevisan *et al.* (2008), identificou crescimento no passivo real da Prefeitura que analisou, e, embora ocorrido este crescimento, o passivo permanente da mesma sofreu redução, o que implica que a Prefeitura não precisou fazer dívidas para viabilizar seus investimentos.

Para o indicador “Montante e evolução do saldo patrimonial”, a Amazonas, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso do Sul, também se mostraram com desempenho negativo. Este indicador confere o saldo patrimonial do Estado, portanto, o recurso próprio que o ente possui, sendo assim, se o valor patrimonial do Estado reduziu de um ano para outro, isso implica que ele passou a ter menos recursos próprios, algo que não é bom, pois demandará mais recursos de terceiros para atender às suas responsabilidades. Trevisan *et al.* (2008) quando utilizou este indicador, identificou que o saldo patrimonial do ativo real do Município, aumentou de um ano para outro, portanto, passou a ter mais recursos próprios.

No que se refere à “Autonomia Financeira”, Estados como o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Maranhão, Alagoas, Bahia, Paraná e Goiás, mostraram melhoras no seu desempenho de um ano para outro, isso quer dizer que, suas receitas oriundas dos tributos, foram superiores às despesas que incorrem com suas atividades principais (despesas correntes). Por outro lado, o fato desse indicador melhorar de um ano para outro, não implica dizer que sua situação é considerada como boa, pois, um determinado Estado pode se apresentar numa situação ruim em um ano e no ano seguinte, melhorar um pouco,

mesmo que esse progresso não seja o ideal diante da situação em que o Estado se encontra, como é o caso do Rio de Janeiro, que apesar de melhorar um pouco esse indicador entre 2014 e 2015, essa mudança não foi significativa a ponto de tirá-lo de uma situação financeira crítica. Sendo assim, Rocha (2012), identificou na sua pesquisa um efeito positivo deste indicador, o qual sugere que tenha decorrido do superávit oriundo das políticas de redução de gastos sociais e investimentos em infraestrutura pública ou pelo aumento da arrecadação tributária no Município.

Sobre o indicador de “Dependência”, foram negativos os resultados de Roraima, Minas Gerais, Pernambuco, Maranhão, Bahia, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, portanto, estes Estados possuem grande necessidade de receber transferências de terceiros, pois suas despesas correntes são altas e, portanto, apresentam-se como dependentes de recurso de outras entidades para viabilizar suas principais atividades. Em relação aos dois últimos indicadores analisados, Rocha, *et al.* (2012), apontou em sua pesquisa que, quando ocorre um superávit fiscal decorrido da relação entre receitas e despesas correntes, afeta-se positivamente o cálculo do indicador de autonomia financeira e negativamente, o indicador de dependência financeira.

Para o indicador “Gastos Sociais”, apenas os Estados da Amazonas, Acre, Pará, Roraima, Minas Gerais, Piauí, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, apresentaram desempenho positivo, o que implica que estes Estados estão investindo receitas geradas das suas principais atividades, na promoção de educação e saúde, deveres mais importante no poder público, uma vez que estas se enquadram nas principais demandas sociais. Com este indicador, Rocha (2012), observou um crescimento considerável para os serviços de educação e saúde voltados aos Municípios mais pobres do Ceará.

No que tange à “Infraestrutura”, o Pará, Roraima, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, se apresentaram como positivos, uma vez que tais Estados passaram a investir mais recursos oriundos das receitas de suas atividades principais para infraestrutura, portanto, passaram a realizar mais construções e manutenções dos espaços públicos. Ainda na pesquisa de Rocha (2012), identificou-se que para os Municípios do Ceará considerados mais ricos, apresentou-se uma média de investimentos em infraestrutura maior que a dos considerados mais pobres.

Analisando o indicador de “Liquidez Imediata”, observa-se que apenas Roraima, Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí, Paraná e Mato Grosso do Sul, têm capacidade de cumprir

ou pagar seus compromissos e/ou obrigações imediatamente, sendo assim, em 2015, passaram a ter mais recursos disponíveis (dinheiro em caixa, banco e aplicações) para cada R\$ 1,00 do passivo circulante. Sobre este indicador, Soares *et al.* (2011), apontam que, os recursos vinculados são aqueles derivados de convênios e programas, portanto, seu emprego se compromete à um programa ou ação do governo, tal como, um programa de saúde.

Em relação ao indicador “Liquidez Corrente”, Roraima, São Paulo, Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí, Paraná e Mato Grosso do Sul, apresentaram desempenho positivo, portanto, em 2015, passaram a ter mais ativo circulante para cada R\$ 1,00 de passivo circulante, quando comparado com o ano anterior. Isso é bom, pois implica que o ente obtém recurso mais que o necessário para pagar suas obrigações. Nesse sentido, Soares *et al.* (2011) informa que este indicador tem a capacidade de mostrar a quantia das obrigações que pode ser paga através das disponibilidades, procurando não utilizar os recursos de terceiros de curto e longo prazo no financiamento das políticas públicas.

No caso do indicador de “Liquidez Geral”, apenas os Estados Amazonas, Pará, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal, apresentaram-se com desempenho negativo de um ano para o outro. Este resultado implica que, diminuíram os recursos oriundos do ativo circulante e realizável a longo prazo, para cada R\$ 1,00 das suas obrigações totais.

Em relação ao indicador de “Solvência”, Roraima, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Alagoas, Piauí, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, apresentam desempenho satisfatório. Sendo este um indicador que mede a capacidade do ente em pagar suas dívidas a curto e longo prazo, utilizando seus recursos totais aplicados no patrimônio, observa-se que apenas estes aumentaram os recursos próprios para quitar todas as suas obrigações. No caso do Rio de Janeiro, assim como se discutiu no indicador de “Autonomia Financeira”, o que este estudo propôs foi analisar a evolução de um ano para outro, mesmo que essa evolução não seja a que realmente determinado Estado necessite. Assim sendo, o Rio de Janeiro mais uma vez se mostrou melhor em 2015 quando comparado com 2014, mas que tal resultado ainda foi insuficiente para que este saísse da relação de Estados com situações críticas financeiras. Sobre o indicador de “Endividamento Geral”, Estados como Roraima, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Alagoas, Piauí, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, mostraram bom desempenho. Tal indicador informa o quanto um ente utiliza de capitais de terceiros para financiar seus ativos.

No que tange ao indicador “Composição do Endividamento”, o Acre, Roraima, Tocantins, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão, Bahia, Santa Catarina, Paraná e Goiás, não apresentaram bom desempenho, portanto, aumentaram suas dívidas de curto prazo em relação ao seu endividamento total, quando comparado 2015 e o ano anterior. O ideal é que as dívidas possam ser quitadas em longo prazo, já para que o ente fique com recurso livre para outras atividades.

Por fim, o indicador “Garantia de Capital de Terceiros”, os Estados de Roraima, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Alagoas, Piauí, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, apresentaram bom desempenho. Este indicador mostra o quanto um ente é capaz de garantir o pagamento de terceiros com sua própria riqueza, sendo assim, estes Estados passaram a ter mais capital próprio para pagar as obrigações com terceiros, portanto, é um resultado satisfatório, pois quer dizer que eles possuem recursos para pagar seus compromissos. Novamente, o Rio de Janeiro se mostra com uma melhora de um ano para o outro, mas que esta não o tira de fora da lista dos Estados que perdura em situação financeira crítica. Considerando a perspectiva da pesquisa em identificar dentre os Estados brasileiros, aqueles que possuem características similares entre questões financeiras, patrimoniais, econômicas e sociais, elaborou-se um quadro ilustrativo (Quadro 2), que apresenta os resultados obtidos com os indicadores, cujos resultados favoráveis são apresentados pela figura da face com sorriso e os não favoráveis, pela que apresenta face triste.

O Quadro 3 foi responsável para criação do denograma de Cluster. Para isso, as figuras tristes apresentaram um desfavorecimento do indicador, sendo, portanto, representado pelo -1 (associação negativa) e quando o indicador apresentava resultado favorável, este foi representado pela figura alegre, e assumido pelo número 1 (associando-o como positivo), o que possibilitou a formação de grupo levando em consideração fatores de favorecimento e desfavorecimento dos indicadores analisados.

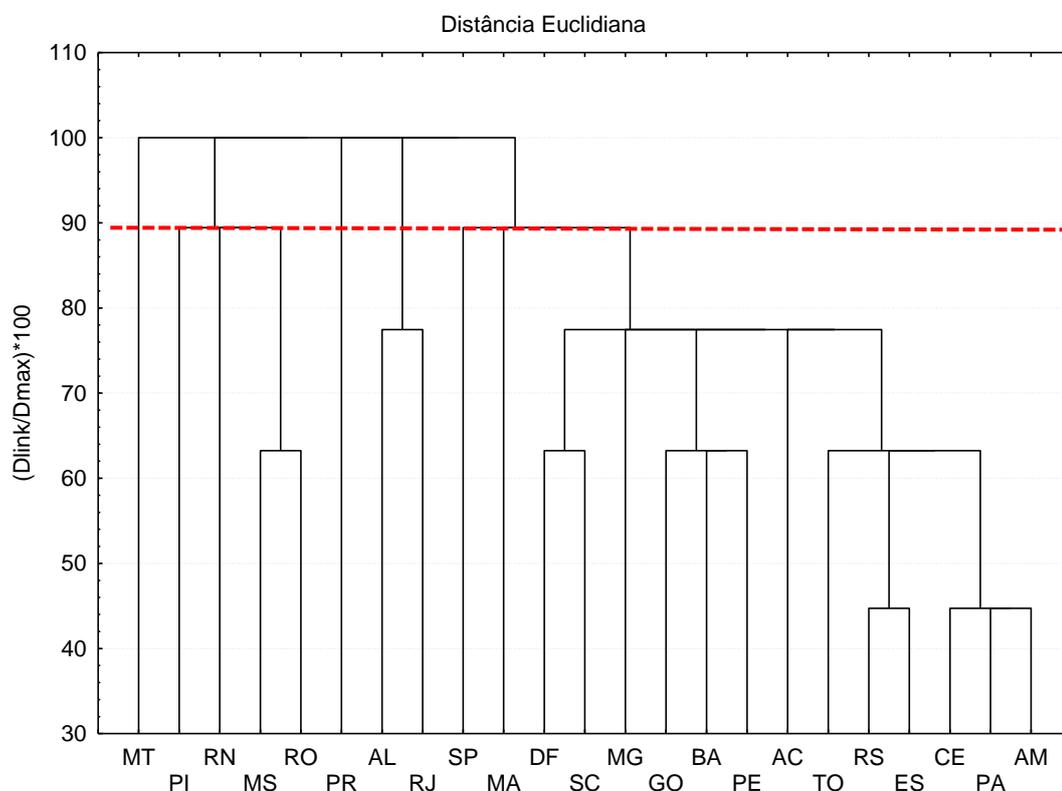
Quadro 2 – Ilustração dos resultados obtidos com o cálculo dos indicadores

Indicadores	Norte					Sudeste				Nordeste						Sul			Centro-Oeste				
	AM	AC	PA	RO	TO	RJ	ES	SP	MG	PE	CE	RN	MA	AL	PI	BA	SC	RS	PR	MT	GO	MS	DF
Composição evolução do ativo	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹
Composição e evolução do passivo	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹
Montante e evolução do saldo patrimonial	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹
Autonomia financeira	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹
Dependência	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹
Gastos sociais	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹
Infraestrutura	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹
Liquidez Imediata	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹
Liquidez Corrente	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹
Liquidez Geral	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹
Solvência	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹
Endividamento Geral	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹
Composição do Endividamento	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹
Garantia de Capital de Terceiros	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹	☹

Fonte: Elaboração própria, 2017.

Mediante a análise de Cluster, construída a fim de validar a categorização dos grupos apresentados no quadro 2, resultou-se o denograma apresentado no gráfico 1, no qual evidencia-se a constituição de grupos, visando otimizar a análise. Sendo assim, delimitou-se o nível de dissimilaridade (diferenças) em 90%, conforme a linha tracejada, conhecida também por linha de *fenon* ou linha de corte, intercepção esta, que organiza os grupos mais representativos permitindo uma visualização, classificação e análise mais significativa dos grupos que ora foram constituídos (BOUROCHE, SAPORTA; 1980), algo que resultou na formação de cinco grupos diferentes.

Gráfico 1 – Agrupamento dos Estados conforme a aproximação dos indicadores



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Número de Variáveis: 4

Número de Casos: 23

Métrica: Distância Euclidiana.

Analisando individualmente cada grupo, observa-se que o primeiro grupo é formado apenas pelo Mato Grosso, o qual representa uma realidade isolada dentre os Estados brasileiros. Dentre os aspectos que caracterizam a constituição deste grupo, destacam-se todos os índices de liquidez, os quais apresentaram resultados desfavoráveis. Por outro lado, todos os indicadores de endividamento, apresentaram-se como favoráveis.

O segundo grupo foi formado pelos Estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul e Roraima, e estes se destacam por apresentar as menores insatisfações em termos de quantidade de indicadores desfavoráveis. Assim sendo, Piauí, Roraima e Mato Grosso do Sul, apresentaram apenas três indicadores com desempenho insatisfatório, dentre os quatorze que foram avaliados, já o Rio Grande do Norte, apresentou cinco indicadores com desempenho insatisfeito. Outra característica deste grupo, é que para todos estes Estados, o indicador “Autonomia Financeira”, se apresentou de forma negativa.

Assim como aconteceu com o primeiro grupo, o terceiro grupo também se constitui por apenas um Estado, o Paraná, o qual apresentou fragilidades isoladas nos grupos de indicadores de patrimônio, onde não houve aumento na composição do ativo, além de, apresentar deficiência no índice de “Liquidez Geral”, e para os indicadores sociais, apresentou-se negativo em três deles dentre os quatro (Dependência, Gastos Sociais e Infraestrutura).

O grupo quatro foi formado apenas por Alagoas e Rio de Janeiro. Assim, destaca-se que, Alagoas apresentou quatro indicadores negativos (Gastos Sociais, Liquidez Imediata, Liquidez Corrente e Liquidez Seca), já o Rio de Janeiro, além desses quatro, também se mostrou negativo nos indicadores “Composição e evolução do ativo”, “Montante e evolução do saldo patrimonial”, “Autonomia Financeira” e “Infraestrutura”. Analisando este conjunto de indicadores comuns entre os dois Estados, observa-se que estes possuem os três indicadores de liquidez com desempenho insatisfatório. Por outro lado, ambos os Estados apresentaram uma melhora no desempenho dos indicadores de “Solvência” e “Endividamento”.

O quinto e último grupo, foi constituído pelos demais Estados (São Paulo, Maranhão, Distrito Federal, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Acre, Tocantins, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Ceará, Pará e Amazonas), os quais mostraram que, independente de região, as características que estes apresentam é a realidade do Brasil. A principal característica desses Estados é que, dentre os quatorze indicadores avaliados, todos apresentaram mais da metade dos índices de maneira ruim, e, como eles representam uma grande amostra do Brasil, retratam a fragilidade do país em atender as demandas emergenciais da população, principalmente na dependência das verbas de transferências da União, mais precisamente, do FPE (Fundo de Participação dos Estados), onde oito destes Estados encontra-se em fator negativo ao serem avaliados no indicador “Dependência”. Destaca-se também que, de forma isolada, este grupo é constituído por subgrupos com semelhanças e dissemelhanças (diferenças), porém, com método de análise de cluster, empregou-se um corte de linha em 90%, o que resultou a formação de um grande grupo composto por 15 Estados.

Analisando individualmente os saldos das contas que foram necessárias para calcular os indicadores, observa-se que os Estado do Acre, Tocantins, Pernambuco, Maranhão, Alagoas, Bahia, Rio Grande do Sul, Goiás, Rio de Janeiro e Minas Gerais, apresentaram o patrimônio líquido negativo, e este por se tratar do capital próprio da entidade, quando se

apresenta de forma negativa, implica dizer que o ente já não possui seu próprio capital para atender suas demandas, sendo todas as suas atividades realizadas através de capital de terceiros. Por outro lado, embora os Estados de Alagoas e Rio de Janeiro formarem o grupo que mais apresentou melhora nos indicadores de um ano para outro, essa progressão não foi suficiente para tirá-los de situação crítica em termos financeiros, algo que implica que os mesmos buscaram atingir metas para sair dessa situação.

Nessa perspectiva, Müller e Teló (2003) apontam que, o valor contábil de um ente é o valor do patrimônio líquido, o qual é encontrado da diferença entre os recursos que a entidade possui (ativos) e os recursos de terceiros (passivos). Sendo assim, no setor privado, quando essa situação acontece, implica-se apontar que a empresa tem grandes riscos de entrar no processo de falência. Já no setor público, mais precisamente, quando se trata de um Estado, o que existe é o processo de decretar calamidade financeira, onde o Estado que se apresentar nas piores situações financeiras, poderá pedir suporte aos que se apresentam em situações mais favoráveis ou ainda tomar outras medidas que possam implicar em cortes dos gastos públicos.

Dentro do conjunto dos Estados que foram identificados com patrimônio líquido negativo, o Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais, decretaram situação de calamidade financeira em 2016, portanto, estão no processo de regime de recuperação (G1, 2016(a); G1, 2016(b)). Diante deste cenário, Estados como Acre, Tocantins, Pernambuco, Maranhão e Alagoas, ou seja, os demais que apresentaram saldo negativo no patrimônio líquido, também têm grandes chances de chegar a esta situação.

Outro ponto que também vale ser destacado, é que não foi localizado o Balanço Geral dos Estados da Paraíba, Sergipe, Roraima e Amapá, em seus respectivos *sites*, e, por conta disso, não foi possível realizar a análise da situação desses Estados. De acordo com Silva *et al.* (2016), a não divulgação desse relatório entra em contradição com o que trata a Lei de Acesso à Informação, a qual passou a vigorar em 2012, e se mostra como um instrumento de controle social, sendo esta, uma forte aliada ao combate à corrupção. Portanto, este instrumento é capaz de obrigar que os entes públicos publiquem os resultados que obtiveram em sua gestão, transparecendo à sociedade o emprego dos recursos públicos. Diante desses achados, a seção a seguir apresenta as considerações finais ora obtidas através destes resultados.

## 5. Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo analisar as características socioeconômicas dos Estados brasileiros, através de indicadores, e agrupá-los conforme as suas particularidades financeiras e econômicas, algo que constituiu cinco grupos. Com os resultados obtidos, conclui-se que existem seis Estados indicados como os que apresentaram melhor desempenho e sete Estados que se apresentaram com os piores.

Dentre os que melhores foram avaliados, encontram-se os Estados de Roraima, Piauí e Mato Grosso do Sul, pois mostraram doze indicadores que tiveram melhora no desempenho de um ano para o outro, em sequência, tem-se o Estado de Alagoas, com onze indicadores bons, e por fim, o Rio Grande do Norte e Paraná, que se mostraram com dez indicadores que progrediram. Para os Estados que se apresentaram em piores situações, estão Santa Catarina e Goiás, com apenas dois indicadores que melhoraram de um ano para outro, o Distrito Federal e Ceará, com apenas três indicadores bons e Amazonas, Espírito Santo e Pernambuco com apenas quatro.

Destaca-se também que análises adicionais foram realizadas nas contas que foram utilizadas para calcular os indicadores, através da qual identificaram os Estados que apresentaram o patrimônio líquido negativo em 2015, e dentre eles destacam-se os Estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais que, assim como se apontava as demonstrações contábeis do referido ano, em 2016, decretaram estado de calamidades financeiras, algo que ressalta o poder da informação contábil em prever resultados futuros das entidades, sejam elas pertencentes ao setor privado, como também no setor público, fato evidenciado nesta pesquisa.

Por fim, este estudo abre as portas para muitas pesquisas, pois com base nos resultados encontrados, cada Estado pode ser estudado individualmente para melhor se discutir os desempenhos que obtiveram e entender como começaram a se mostrar com uma gestão insatisfatória. Além disso, a constituição dos grupos com base nas características dos seus indicadores pode ser estudada de forma isolada, com o intuito de melhor discutir determinadas situações. Outra sugestão também seria estudar os Estados que se apresentaram com o patrimônio líquido negativo, a fim de melhor explicar as possibilidades que estes têm de decretar calamidade financeira.

## Referências

- ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- AZEREDO, A. J.; SOUZA, M. A.; MACHADO, D. G. Desempenho econômico-financeiro de indústrias calçadistas brasileiras: uma análise do período de 2000 a 2006. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, n. 3, v. 6, p. 117-142, maio/ago. 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34744>>. Acesso em 26 de agosto de 2017.
- BELLONI, N.; MAGALHÃES, H.; SOUSA, L. C. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. 4. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- BOUROCHE, J. M.; SAPORTA, G. **Análise de dados**. Tradução de M. Penchel. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- BRAGA, R.; NOSSA, V.; MARQUES, J. A. V. C. Uma proposta para a análise integrada da liquidez e rentabilidade das empresas. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, p. 51-64, Edição Especial, 2004. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34125>>. Acesso em 26 de agosto de 2017.
- BRUNOZI JÚNIOR, A. C. Eficiência produtiva e análise econômica e financeira de usinas de cana-de-açúcar do estado de São Paulo. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, n. 4, v. 2, p. 74-92, jul./dez., 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/2140/1574>>. Acesso em 26 de agosto de 2017.
- CARMELI, A. A conceptual and practical framework of measuring performance of local authorities in financial terms: analyzing the case of Israel. **Local Government Studies**, Vol. 28, Issue 1, p. 21-36, 2002. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/714004135>>. Acesso em 20 de abril de 2017.
- COLIATH; G. C. A Contabilidade como Ciência Social e sua contribuição para o Capitalismo. **Revista ENIAC Pesquisa**, Guarulhos, n. 3, v. 2, p. 152-161, jul./dez., 2014. Disponível em: <[https://ojs.eniac.com.br/index.php/EniacPesquisa/article/view/157/pdf\\_20](https://ojs.eniac.com.br/index.php/EniacPesquisa/article/view/157/pdf_20)>. Acesso em: 20 de abril de 2017.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Aprova a NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, de 23 de setembro de 2016. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTSPEC&arquivo=NBCTSPEC.doc](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTSPEC&arquivo=NBCTSPEC.doc)>. Acesso em 26 de agosto de 2017.
- CUEVAS, A.; FEBRERO, M.; FRAIMAN, R. Cluster analysis: a further approach based on density estimation. **Computational Statistics & Data Analysis**, Vol. 36, Issue 4, p. 441-459, 2001. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0167947300000529?via%3Dihub>>. Acesso em 10 de abril de 2017.
- DEPARTMENT OF HEALTH, EDUCATION AND WELFARE. **Towards a Social Report**. US. Government Printing Office, Washington, 1969.
- GÓMEZ, M. B. M.; FERNÁNDEZ, J. M. F. Análisis de entidades públicas mediante indicadores: instrumento de rendición de cuentas y demostración de responsabilidades. **Revista de La Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales**, 2, p. 79-100, 2006.
- GÓMEZ-ZAFRA, J. L.; LÓPEZ-HERNÁNDEZ, A.M.; HÉRNÁNDEZ-BASTIDA, A. Developing a model to measure financial condition in local government evaluating service quality and minimizing the effects of the socioeconomic environment: an application to Spanish Municipalities. **The American Review of Public Administration**, Vol. 39, Issue 4, p. 425-449, 2009. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0275074008320710>>. Acesso em 31 de janeiro de 2017.
- GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- GRIN, E. J. Regime de bem-estar social no Brasil: Três períodos históricos, três diferenças em relação ao modelo europeu social-democrata. **Cadernos Gestão Política e Cidadania**, São Paulo, n. 18, v. 63, p. 186-203, 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/3994/13476>>. Acesso em: 27 de agosto de 2017.
- G1 (a). **Calamidade financeira de estados não é reconhecida pelo governo**. Publicado em 09/12/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/12/calamidade-financeira-de-estados-nao-e-reconhecida-pelo-governo.html>>. Acesso em 29 de janeiro de 2016.
- G1 (b). **Governo do RS decreta calamidade financeira na administração pública**. Publicado em 22/11/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/11/governo-do-rs-decreta-calamidade-financeira-na-administracao-publica.html>>. Acesso em 29 de janeiro de 2016.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise da condição de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- ITTNER, C. D.; LARCKER, D. F.; RANDALL, T. Performance implications of strategic performance measurement in financial services firms. **Accounting, Organization and Society**, Vol. 28, Issues 7-8, p. 715-741, 2003.
- JANNUZZI, P. M. **Indicadores socioeconômicos na Gestão Pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC: Brasília. CAPES: UAB, 2009.
- KRUPKA, E.; TISHBY N. Generalization from observed to unobserved features by clustering. **Journal of Machine Learning Research**, 9, p. 339-370, 2008. Disponível em: <<http://dl.acm.org/citation.cfm?id=1390692&dl=ACM&coll=DL&CFID=977362825&CFTOKEN=72675834>>. Acesso em: 31 de janeiro de 2017.
- LIMA, S. C.; DINIZ, J. A. **Contabilidade pública: análise financeira governamental**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- LUXBURG, U. VON; BEM-DAVID, S. **Towards a statistical theory of clustering**. Technical report, PASCAL workshop on clustering, London, 2005.
- MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil**. 4 ed., São Paulo: Atlas.
- MELO, E. B.; BOENTE, D. R.; MÓL, A. L. R. Avaliação econômico-financeira das companhias integrantes do IGC-BM&F Bovespa sob a ótica da análise envoltória de dados. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, Vol. 6, n. 2, p. 189-219, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/4961/4493>>. Acesso em 31 de janeiro de 2017.
- MILLER, P. On the interrelations between accounting and the state. **Accounting, Organization and Society**, Vol. 15, Issues 4, p. 315-338, 1990.
- MOROZINI, J. F.; OLINQUEVITCH, J. L.; HEIN, N. Seleção de índices na análise de balanços: uma aplicação da técnica estatística ‘ACP’. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, 41, p. 87-99, maio/ago. 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34188/36920>>. Acesso em 31 de janeiro de 2017.
- MOTTA, P. R. **Avaliação da administração pública: eficiência, eficácia e efetividade**. In: Projeto “um novo Estado para São Paulo”. São Paulo: FUNDAP, p. 172-212, 1992.
- MÜLLER, A. N.; TELÓ, A. R. Modelos de avaliação de empresas. **Revista FAE**, Vol. 6, n. 2, Curitiba, p. 97-112, maio/dez. 2013. Disponível em: <<http://www.avaliacaodeempresa.com.br/adm/uploads/56pdfavaliacaoempresas.pdf>>. Acesso em 27 de agosto de 2017.
- OLIVEIRA, J. **Publicadas normas de contabilidade pública que facilitarão o controle social**. Publicado em 28/10/2016. Disponível em: <<http://cfc.org.br/noticias/entram-em-vigor-normas-de-contabilidade-publica-que-facilitarao-o-controle-social/>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2016.
- OLIVEIRA, G.; CORONATO, M. **Como o Brasil entrou, sozinho, na pior crise da história**. Época. Publicado em 04/04/2016. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/04/como-o-brasil-entrou-sozinho-na-pior-crise-da-historia.html>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2016.
- PICCOLI, M. R.; KLANN, R. C. A percepção dos contadores públicos em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). **Revista do Serviço Público**, Brasília, Vol. 66, n. 3, p. 425-448, jul./set. 2015. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/410/726>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2017.
- RAUSCH, R. B.; SOARES, M. Controle social na administração pública: a importância da transparência na administração pública. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, Vol. 4, n. 3, p. 23-43, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/250/85>>. Acesso em: 31 de janeiro de 2017.
- ROCHA, P. S. **Resultado fiscal e desempenho econômico das prefeituras cearenses segundo indicadores selecionados**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Curso de Pós-Graduação em Economia, Fortaleza/CE, 2012.
- SILVA, G. R.; LOPES, J. E. G.; PEDERNEIRAS, M. M. M.; TAVARES, M. F. N.; SILVA, E. E. D. Um estudo sobre o modelo Fleuriet aplicado na gestão financeira de empresas do setor elétrico listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, Vol. 8, n.2, p. 92-109, jul./dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/8430/6395>>. Acesso em 31 de janeiro de 2017.
- SILVA, L. V. B.; RODRIGUES, R. N.; GALVÃO, N. M. S.; SANTOS, A. A. Controle social através da transparência: uma análise das solicitações de informações financeiras e não financeiras realizadas ao Governo Federal. **Anais do I Congresso UFPE de Ciências Contábeis**. Recife/PE, 2016.
- SOARES, M.; LYRA, R. L. W. C.; HEIN, N.; KROENKE, A. O emprego da análise de balanços e métodos estatísticos na área pública: o ranking de gestão dos municípios catarinenses. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, Vol. 45, n. 5, p. 1425-1443, jul./dez. 2011.

- SOUSA, P. F. B.; LIMA, A. O.; NASCIMENTO, C. P. S.; PETER, M. G. A.; MACHADO, M. V. V. GOMES, A. O. Desenvolvimento municipal e cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal: uma análise dos municípios brasileiros utilizando dados em painel. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, Vol. 1, n. 1, p. 58-70, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/recfin/article/view/16492/9451>>. Acesso em 31 de janeiro de 2017.
- TEIXEIRA, E. C. **O local e o globo: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.
- TORRES, L. Accounting and accountability: Recent developments in government financial information systems. **Public Administration and Development**, Vol. 24, Issue 5, p. 447-456, december, 2004. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/pad.332/abstract>>. Acesso em: 31 de janeiro de 2017.
- TREVISAN, R.; LÖBLER, M. L.; VISENTINI, M. S.; COELHO, M. C.; GRABNER, S. Desenvolvimento de um modelo de indicadores contábeis para a avaliação da gestão financeira em Prefeituras Municipais. In: **Encontro de Administração Pública e Governança**, EnAPG, Salvador, 2008.
- WANG, X.; DENNIS, L.; TU, Y. S. J. Measuring financial condition: a study of U.S. States. **Public Budgeting & Finance**, Vol. 27, n.2, p. 1-21, 2007.

Data de Submissão: 01/05/2020

Data de Aceite: 25/06/2020